



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

----- **ACTA Nº 03 / 2014** -----

--- **PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DO CORRENTE ANO, DA** ---
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, REALIZADA NO DIA -----
----- TRINTA DE MAIO DE DOIS MIL E CATORZE -----

-----= Quadriénio de dois mil e treze a dois mil e dezassete =-----

Início: 20.40 H (vinte horas e quarenta minutos) -----

Encerramento: 21.47 H (vinte e uma horas e quarenta e sete minutos)-----

No dia trinta de Maio de dois mil e catorze, em Benavente, no salão nobre do edifício dos Paços do Município, teve lugar a Primeira Sessão Extraordinária, do corrente ano, da Assembleia Municipal de Benavente, relativa ao quadriénio de dois mil e treze a dois mil e dezassete. -----

Procedeu-se à chamada dos senhores autarcas, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

- António José Ganhão, Presidente da Mesa, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, Rogério Figueira Rodrigues Pernes, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Manuel Luís Gutierrez de Matos, Maria Gabriela Gambóias dos Santos, Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, Domingos Manuel Marques David Pereira, Eurico Manuel da Silva Leitão e Paulo Jorge Custódio Pinto, todos eleitos pela **CDU**–Coligação Democrática Unitária, Luís Fernando Rato Ferreira Raposo, Maria Leonor Gomes Simões Rodrigues Dias e António Paulo Cerqueira Chaparro, eleitos pelo **PS**–Partido Socialista, - Maria Laura Moraes Vieira de Carvalho Henriques e Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino, ambas eleitas pelo **PPD/PSD**–Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata. -----

- Os autarcas, **Ana Maria Nunes Alves** e **Irina Noel Matias Batista** da **CDU**–Coligação Democrática Unitária, comunicaram antecipadamente a sua ausência por período inferior a trinta dias, tendo sido substituídos, nos termos legais e regimentais aplicáveis, respectivamente, por Sílvia Arminda Calado Frazão e Júlio do Carmo Cabecinha Rosado. O autarca **Pedro Nuno Simões Pereira**, do **PS**–Partido Socialista, faltou justificadamente à presente sessão, não se tendo feito substituir. O autarca independente **Luís Filipe Gonçalves Rodrigues** apresentou também justificação de falta a esta sessão. O autarca **Nuno Manuel David Ganhão Vieira** informou a Mesa da Assembleia que chegaria cerca de dez minutos atrasado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

- Estiveram também presentes os autarcas da Assembleia Municipal, eleitos não directamente, Inês Branco de Almeida Vieira Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente e Hélio Manuel Faria Justino, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, ambos eleitos pela CDU-Coligação Democrática Unitária, Nelson Alexandre da Silva Norte, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, eleito pelo PPD/PSD-Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata e Fátima José Francisco Machacaz, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, eleita pelo PS-Partido Socialista. -----

- Depois de ter confirmado a existência de quórum, foi pelo senhor Presidente da Assembleia declarada aberta a Sessão, pelas vinte horas e quarenta minutos, **com a presença de vinte e um eleitos**. -----

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, por ausência da Primeira Secretária, Irina Noel Matias Batista, solicitou autorização para integrar a Mesa dos Trabalhos a autarca, **Sílvia Arminda Calado Frazão**, da CDU-Coligação Democrática Unitária, como Segunda Secretária, o que foi aceite unanimemente. ----

- Iniciaram-se os trabalhos com a **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA, DO CORRENTE ANO, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE, DO MANDATO DOS ORGÃOS AUTÁRQUICOS DO QUADRIÉNIO DOIS MIL E TREZE A DOIS MIL E DEZASSETTE**: -----

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da sua leitura, por ter sido oportunamente distribuída a todos os eleitos, tendo obtido consenso unânime. Sobre o teor da acta e em resultado da reunião prévia com os representantes dos grupos políticos, foram recepcionadas nos serviços apenas propostas de alteração vindas do eleito **Carlos Pauleta**, consubstanciadas no seguinte: -----

- **Primeira: na página número vinte, quinto parágrafo, sétima linha**, propôs a substituição da palavra "repreendido" por "advertido"; -----

- **Segunda: na página número vinte e um, quarto parágrafo, segunda linha**, sugeriu igualmente a substituição da palavra "repreendeu" por "advertiu"; -----

- **Terceira:** no anexo à acta "Saudação aos Trabalhadores Portugueses" salientou não se encontrar devidamente correcto o resultado da votação favorável que recaiu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

sobre a mesma, alegando que foi aprovada com quinze votos a favor, não na totalidade pela **CDU**, mas com catorze da **CDU** e um do **PS**; -----

- **Quarta: na página número três, décimo parágrafo**, não apresentou proposta de alteração mas sugeriu a modificação do texto deste parágrafo.-----

- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia indagou da existência ou não de mais propostas de correcção a apresentar à Mesa, tendo-se inscrito o eleito **Luís Raposo**, que solicitou um esclarecimento sobre se esta acta podia ser apreciada e votada na presente sessão extraordinária, pois sendo respeitante a uma sessão ordinária, se não deveria ser também objecto de apreciação e votação numa sessão ordinária, demonstrando ser esta a sua prática conhecida ao nível de outras instituições, onde tem participado. -----

- Neste momento, entrou na sala de sessões, assinou o Livro de Presenças e passou a tomar parte como eleito da Assembleia Municipal o autarca, **António José Rabaça Silva Ribeiro**, passando os trabalhos a decorrer na presença de **vinte e dois** eleitos. -----

- Não havendo mais alterações a propor, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pronunciou-se sobre as que foram apresentadas: -----

- Relativamente às propostas do eleito **Carlos Pauleta**: -----

- **Primeira e Segunda: aceite** pela Mesa da Assembleia a substituição das palavras “repreendido” e “repreendeu” por “advertido” e “advertiu”, respectivamente, sem no entanto deixar de acentuar que se tratavam de palavras sinónimas; -----

- **Terceira: aceite** pela Mesa da Assembleia a correcção do resultado da votação favorável, dado tratar-se duma situação evidente, pois a CDU só dispõe de catorze eleitos na Assembleia, confirmando-se igualmente a existência dum voto a favor do PS-Partido Socialista; -----

- **Quarta: não foi aceite** pela Mesa da Assembleia a sugestão de alterar a redacção do parágrafo em causa, porquanto a acta foi submetida a votação e aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos eleitos que participaram nessa sessão e com quatro abstenções dos eleitos que estiveram ausentes. Não podendo votar por não terem estado presentes, utilizaram a “abstenção” como forma de justificar o seu voto. Assim, para efeitos de contabilização dos votos, foram esses dezanove considerados como unânimes daqueles que participaram nos trabalhos e que tiveram direito a votar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

- Quanto à dúvida colocada pelo eleito, **Luís Raposo**, o senhor Presidente da Assembleia Municipal considerou não haver qualquer impedimento legal a que uma acta respeitante a uma sessão ordinária seja apreciada e votada numa sessão extraordinária, ou seja independentemente da sua forma de reunir, ordinária ou extraordinariamente, a acta duma sessão é sempre apreciada e votada na sessão subsequente, acrescentando ainda ter sido sempre também essa a prática usada pela Câmara Municipal no decorrer dos sucessivos mandatos em que a presidiu. ---

- Foi então a acta submetida a votação, incluindo as propostas de correcção aceites pela Mesa, **tendo a mesma sido aprovada por unanimidade**, com dezassete votos a favor e cinco abstenções, por ausência. -----

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu-se depois à **CORRESPONDÊNCIA** recebida e expedida desde a última sessão da Assembleia Municipal, informando que a respectiva pasta se encontrava à disposição dos senhores eleitos para eventual consulta, dispensando-se, por isso, a sua leitura, o que foi aceite por todos. -----

- Após o que se seguiu o **PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO:** -----

- Antes da abertura das inscrições para intervenção do público, o senhor Presidente da Assembleia lembrou aos presentes estar este período de intervenção fixado em trinta minutos, podendo intervir qualquer munícipe sobre qualquer matéria, não podendo exceder os cinco minutos de uso da palavra. -----

- Inscreveu-se o munícipe **Nuno Paixão**, que proferiu a sua intervenção na qualidade de membro da Comissão de Utentes do Concelho de Benavente, que teve por base a leitura dum documento sobre o tema de discussão do Ponto Um da Ordem do Dia da presente Sessão, relativa à Reforma do Sistema Judiciário, o qual se anexa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma. **(anexo 1)** -----

- O senhor Presidente da Assembleia agradeceu ao munícipe a sua intervenção. -----

- Não havendo mais inscrições, deu-se por encerrado este período de intervenção do público, passando-se de imediato ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

PONTO UM – REFORMA DO SISTEMA JUDICIÁRIO – Apreciação e votação de Moção: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** enquadró o assunto em questão, dando conta do trabalho preliminar realizado pelos três grupos políticos CDU, PS e PSD em conjunto com a Mesa da Assembleia Municipal, que conduziu ao "alinhar" da estrutura da Moção ora apresentada. Mais informou ter a sua redacção final sido submetida a apreciação prévia dos grupos políticos, a qual veio a merecer a aceitação unânime dos respectivos coordenadores. -----

Em termos de metodologia de discussão do Ponto, transmitiu que a Mesa iria proceder à leitura do documento, havendo depois lugar à intervenção de um representante de cada grupo político, a que se seguiria um período de inscrições aberto a qualquer eleito da Assembleia Municipal que quisesse intervir sobre esta matéria. -----

- Nesta altura, vinte horas e cinquenta e sete minutos, entrou na sala o autarca **Nuno Ganhão Vieira**, que assinou o respectivo Livro de Presenças e passou a fazer parte dos trabalhos da sessão, alterando o número de eleitos presentes para **vinte e três** no total. -----

- A Moção foi lida pela Secretária da Mesa **Clarisse Castanheiro**, não sem antes o senhor Presidente da Mesa da Assembleia ter feito questão de realçar que a mesma tinha sido subscrita por si e pelos coordenadores dos três grupos políticos com representação neste órgão deliberativo, **constituindo-se como anexo à presente acta, fazendo parte integrante da mesma. (anexo 2)** -----

- Inscreveram-se para intervir, os eleitos, **Luís Raposo, Laura Henriques e Carlos Pauleta**, coordenadores dos grupos políticos representados na Assembleia Municipal: -----

- O eleito **Luís Raposo** deixou expresso o que considera ser esta Reforma, transcrevendo-se na íntegra o registo áudio da sua intervenção: - "Para algumas pessoas, poderá parecer excessiva a afirmação de que esta Reforma Judiciária constitui um verdadeiro retrocesso civilizacional e que atenta contra o Estado de Direito, mas eu não tive a mais pequena reserva em subscrever esta afirmação. É na realidade um atentado contra o Estado de Direito. Um dos pilares e um dos elementos essenciais do Estado de Direito é, não apenas a consagração constitucional dum conjunto de direitos e de liberdades, mas também a garantia efectiva da sua realização. Está na Constituição que todos tenham acesso à justiça, quando na realidade esta *Reforma Judiciária* dificulta ainda mais o acesso à justiça, é atentar contra o Estado de Direito e, por isso, eu não tive a mais pequenina dúvida em subscrever esta afirmação. Mas mais do que isto é mesmo um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

retrocesso civilizacional, porque um longo caminho correcto foi percorrido desde o tempo da justiça privada “de olho por olho”, “de dente por dente” e a justiça pública foi uma conquista civilizacional, porque se percebeu que a justiça privada contribuía para o enfraquecimento e para a falta de coesão das sociedades. Ora é exactamente desse retrocesso civilizacional que se trata aqui, a partir do momento em que se dificulta ainda mais o acesso dos cidadãos à justiça.” -----

Finalizou a sua intervenção, sugerindo que no texto da Moção em discussão, se acrescentasse à lista de entidades a remeter, o Conselho Superior do Ministério Público e que em relação aos órgãos de comunicação social, além dos locais e regionais, se incluíssem também os nacionais. -----

- A eleita **Laura Henriques** leu um documento que reflecte a opinião do seu grupo político sobre a temática em discussão, **o qual se constitui como anexo à presente acta, fazendo parte integrante da mesma. (anexo 3)** -----

O eleito **Carlos Pauleta** procedeu igualmente à leitura dum documento de análise ao tema em discussão, **o qual se constitui como anexo à presente acta, fazendo parte integrante da mesma. (anexo 4)** -----

- Finalizadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos respectivos eleitos cópia das intervenções lidas **para serem constituídas como anexos à presente acta**, não sem antes se ter referido às propostas de alteração à Moção, sugeridas pelo eleito **Luís Raposo**, que foram aceites pela Mesa. Procedeu-se depois à votação deste ponto em discussão, tendo-se obtido o seguinte resultado: - **Aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor: catorze da CDU, cinco do PS e quatro do PSD.** -----

- **Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta.** -----

- A seguir à votação, o **senhor Presidente da Assembleia** registou com agrado a unanimidade da votação, constituindo um momento significativo e importante da vida colectiva. Considerou também ser da maior relevância que esta imagem de consenso seja transmitida à população, sublinhando que, apesar das diferenças políticas, conseguiu-se estabelecer um acordo em prol da defesa dos interesses e dos direitos das pessoas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Concluiu, lembrando da realização da acção do próximo dia seis de Junho, no cineteatro de Benavente, já contida nesta Moção, esperando o empenho de todos na mobilização da população para este encontro, onde se irá procurar transmitir a imagem do que se passou nesta Sessão, realçando ser imperioso a união de esforços e a participação de todos, independentemente dos interesses político-partidários de cada um, na defesa dum dos pilares do sistema democrático: a justiça de proximidade, a justiça célere, a justiça que possa credibilizar o sistema político em que se vive, profundamente desacreditado, levando à desmobilização da população. É nesse nesse sentido que se irá trabalhar, reforçando o contributo da Moção ora aprovada. Acrescentou ainda que a proposta de cartaz de divulgação deste encontro foi objecto de aprovação por parte de todos os grupos políticos e que será divulgado pelos locais e órgãos de comunicação habituais. -----

PONTO DOIS – PROPOSTA DE RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE DOIS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – Discussão e eventual aprovação, nos termos do número dois do artigo número sessenta e quatro do Orçamento de Estado para dois mil e catorze, aprovado pela Lei número oitenta e três traço C barra dois mil e treze, de trinta e um de Dezembro: -----

- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para contextualizar o ponto, não deixando antes de referir que estes dois pontos que se seguem no período da ordem do dia, já eram para ter sido objecto de inclusão na anterior sessão do órgão deliberativo, o que não veio a acontecer atendendo à extensa lista de assuntos previstos para serem discutidos na mesma, decidindo-se pela sua inclusão nesta sessão extraordinária, juntamente com a Moção sobre a Reforma do Sistema Judiciário. -----

- O senhor Presidente da Câmara começou por saudar todos os presentes, dissertando depois sobre o ponto em questão, afirmando que, desde dois mil e dez, as autarquias locais têm vindo sucessivamente a ser impedidas de recrutar funcionários, face às imposições legais existentes. Este facto, aliado aos muitos funcionários que se têm aposentado, mais de cento e cinquenta nos últimos cinco anos, originou uma situação difícil de gerir ao nível de recursos humanos da autarquia, com especial incidência na área operacional. Informou que a Câmara Municipal tem procurado cumprir com estas obrigações legais. No entanto, sublinhou ter chegado o momento de, em áreas decisivas, não existir pessoal para prestar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

serviços mais especializados. Daí a necessidade de recrutamento excepcional destes dois lugares de motorista de autocarro e de tractorista. -----

Sublinhou ainda que para o poder fazer, a Câmara Municipal cumpriu cumulativamente com um conjunto de objectivos legais, nomeadamente na redução do número de funcionários, o de não ter dívidas a fornecedores e o da dívida da autarquia se conter em valores muito reduzidos, permitindo a não sujeição à redução dos dois por cento. -----

Mais acrescentou que, ao nível dos procedimentos administrativos, a Câmara Municipal terá ainda de se submeter numa fase inicial às condicionantes impostas em termos de mobilidade dos funcionários públicos, através da auscultação ao Instituto Nacional de Administração seguindo-se a Direcção Geral da Administração Pública (mobilidade geral). Só depois de ultrapassados estes formalismos se poderá iniciar a operação de recrutamento por parte da Câmara Municipal, através de concurso público, onde todos os interessados poderão então concorrer. -----

Neste âmbito e em face duma rescisão ocorrida durante o mês de Maio que vem "libertar" mais um lugar, aproveitou a oportunidade para informar os senhores eleitos da intenção de trazer à próxima sessão da Assembleia Municipal um outro pedido de recrutamento excepcional, desta vez para um condutor de motoniveladora. -----

- Inscreveu-se para intervir na discussão o eleito **Domingos David** que apontou um conjunto de problemas resultantes dos mecanismos impostos à luz da actual legislação e que quase impedem, principalmente à administração local, o recrutamento de pessoal e a contratação de simples serviços de reparação a pequenas empresas locais. Permite-se aos municípios proceder à abertura de concursos, mas depois é a própria administração central que pode obstar com os funcionários que se encontram na situação de mobilidade, com todas as consequências negativas daí decorrentes para os próprios, pois se porventura rejeitarem o cargo para o qual foram nomeados sofrem penalizações no seu vencimento, passando-se igualmente o mesmo em relação às pequenas empresas que, perante este quadro de dificuldades de adjudicação, podem não ter condições para concretizar os respectivos serviços, prejudicando em muito a própria economia local. -----

Questionou se a Câmara Municipal tem a percepção da dimensão das consequências destes problemas, quer para os funcionários quer para as pequenas empresas locais. -----

Exemplificou depois com a Câmara Municipal de Torres Novas que adjudicou o fornecimento de refeições escolares a uma empresa que, devido a este tipo de imposições negativas na contratação dos serviços, deixou de ter condições para garantir qualidade, quantidade e condições de higiene da alimentação fornecida, interrogando se idêntica situação não poderá ocorrer no nosso município com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

empresas que prestam serviços por concurso, quer nesta área quer noutras, como nos espaços verdes, higiene e limpeza, etc.

- **O senhor Presidente da Assembleia**, ainda antes de dar oportunidade ao senhor Presidente da Câmara de responder, alertou para o facto da necessidade das intervenções se cingirem ao ponto em discussão, compreendendo no entanto a importância da matéria exposta pelo eleito **Domingos David**, a qual se situa e se enquadra perfeitamente na abordagem deste ponto.

- Respondeu então **o senhor Presidente da Câmara**, reafirmando que todas estas barreiras à contratação e à redução do número de funcionários colocam os municípios numa posição de grande dificuldade, ficando comprometida, por diminuição da sua capacidade, a missão fundamental de prestar o apoio necessário às populações nestas áreas. Trata-se da imposição de Leis insensatas, como a portaria número quarenta e oito barra dois mil e catorze, que impõe a consulta ao Instituto Nacional de Administração, para não falar das reduções remuneratórias impostas em cerca de doze por cento, nomeadamente nas aquisições de serviços, não permitindo que muitas das empresas apresentem propostas, pois nalguns casos dá mesmo origem a preços anormalmente baixos. O exemplo da empresa contratada pelo município de Torres Novas para o fornecimento de refeições escolares é reconhecido por se tratar dum problema que está a ser sentido por muitas Câmaras Municipais. Concluiu transmitindo e reiterando as dificuldades sentidas pelos municípios na aplicação desta legislação, alegando estar a mesma inserida numa estratégia destinada a dificultar a acção das autarquias na sua missão junto das populações.

Posto o ponto número dois a votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.

- **Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta**.

PONTO TRÊS – PEDIDO DE DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO URBANO SITO NA AZINHAGA DO BREJO, EM SAMORA CORREIA – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea q) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei nº setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro:

- Concedida a palavra ao **senhor Presidente da Câmara Municipal**, este esclareceu a finalidade da proposta que se pretende seja aprovada pela Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Municipal. Trata-se duma parcela de terreno configurada sob a forma de triângulo, cujo vértice confina com a via pública. Torna-se muito difícil o seu acesso, principalmente quando os serviços municipais pretendem proceder a trabalhos de limpeza da vegetação. Existe, em alternativa, um acesso à propriedade confinante, através duma serventia particular, que carece de autorização prévia para a utilizar, pois encontra-se fechada a cadeado. Acresce que teve conhecimento muito recente que esta configuração do terreno, resultou da necessidade de ser efectuada uma ligação do ramal duma habitação ali existente ao colector público de águas residuais domésticas. Contudo, decidiu manter esta proposta, tendo em vista obstar aos condicionalismos mencionados. Tratando-se duma parcela de terreno que não pode ser utilizada para outro fim de interesse público, existe a preocupação de a manter nas melhores condições de higiene e limpeza, daí a apresentação deste pedido de desafecção para a integrar no domínio privado do município. -----

- Inscreveu-se para intervir na discussão deste ponto o eleito **Nuno Vieira Ganhão** pedindo para ser esclarecido quanto ao número de metros do vértice em questão, tendo o **senhor Presidente da Câmara** esclarecido que o vértice é um ponto e esse ponto (um bico) é que confina com a via pública. O **senhor Presidente da Assembleia Municipal** adicionou ao esclarecimento que o formato do terreno era em triângulo e o vértice (bico) desse triângulo é que confinava com a via pública. -----

- Pediu também para intervir no debate o eleito **António José Rabaça**, afirmando ter estado recentemente no local e a sensação com que ficou na altura foi a de que a dita parcela de terreno seria duma dimensão maior, não apenas a de um "vértice". ---

- O **senhor Presidente da Assembleia** reafirmou tratar-se dum vértice, explicando que o que confina para a via pública é um vértice desse triângulo, o qual alarga para dentro do terreno onde está implantada a tal casa de habitação, confirmando que essa parte mais larga não pertence à Câmara Municipal. -----

- Concluída a discussão deste ponto, seguiu-se a sua votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

- **Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta**. -----

- Ainda antes da **votação da minuta das deliberações** o eleito **Luís Raposo** solicitou autorização para interpelar a Mesa, na sequência da sua intervenção inicial, relativa à aprovação da acta da sessão anterior. Sugeriu que fosse solicitado parecer aos serviços jurídicos municipais sobre a questão, argumentando que, em termos regimentais e legais, a apreciação e votação da acta se insere no "Período de Antes da Ordem do Dia" e como numa sessão extraordinária, como é o caso, a organização dos trabalhos não contempla esse espaço, apenas os períodos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

destinados à intervenção do público e à discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, persiste-lhe a dúvida das actas das sessões ordinárias poderem ser apreciadas e votadas em sessões extraordinárias, já que não existe espaço próprio para tal. -----

- O senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que aceitava a sua sugestão, ficando depois de dar conhecimento do resultado da mesma à Assembleia Municipal. -----


- Encerrado o período de discussão dos assuntos da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal anunciou a **votação da minuta das deliberações de todos os pontos da Ordem do Dia**, para que produzam efeitos imediatos, nos termos do preceituado nos números três e quatro do artigo número cinquenta e sete do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, **tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu aos senhores eleitos a sua participação nos trabalhos, dando por encerrada esta Sessão pelas vinte e uma horas e quarenta e sete minutos, da qual para constar e para os demais efeitos se lavrou a presente acta, que foi apreciada e votada na sessão subsequente, realizada no dia **trinta de Junho de dois mil e catorze**, tendo sido aprovada por **unanimidade, com proposta de correcção considerada, com dezanove votos a favor e cinco abstenções por ausência**, sendo rubricada e assinada por todos os membros da Mesa e por mim, Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, coordenadora técnica do Município, que a elaborei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,



A Primeira Secretária,



A Segunda Secretária,



A Coordenadora Técnica,



11/11

A Comissão de Utentes do Concelho de Benavente, preocupada com a degradação dos serviços públicos no nosso concelho, não podíamos deixar nos preocupar pelas consequências do Novo Mapa Judiciário, decidido em Conselho de Ministros recentemente, bem como de estudar as suas consequências na centenária Comarca de Benavente. Configura uma reforma profunda no sistema judiciário português, **com reflexos negativos no acesso dos cidadãos à Justiça.**

É uma reforma que não vem resolver um problema chave e preocupante: De acordo com a investigação que fizemos, **em 2012 havia uma taxa de congestão nos tribunais de 200,3%**, correspondendo a **1 724 854** (um milhão, setecentos e vinte e quatro mil e oitocentos e cinquenta e quatro) **casos pendentes**, implicando muito mais de quatro milhões de pessoas em litígio.

No universo nacional pouco superior a dez milhões de habitantes, constitui um impacto social e económico muito grande, atendendo a que uma percentagem elevada é de natureza pecuniária: tais como dívidas, indemnizações, heranças, insolvências...

Contudo, nesse ano havia somente **1803 Juízes disponíveis** – e um número ainda menor de magistrados do ministério público –, isto implica que cada um tinha a seu cargo mais de 950 casos. Mesmo considerando um cenário hipotético e irrealista de cada um deles poder resolver um caso por dia, só daqui cerca de seis anos haviam todos os casos resolvidos.

Inevitavelmente, por falta de meios humanos, muitos destes casos irão prescrever sem conhecerem sentença, deixando por dirimir os conflitos e cavando ainda mais fundo na desconfiança do Povo no sistema que julga e aplica a Justiça em seu nome. Promove a «justiça por suas próprias mãos», do cada um por si, agravando a criminalidade e aumentando os conflitos sociais.

Relativamente à Comarca de Benavente, sendo uma das mais solicitadas do distrito de Santarém, a **realidade que se verificava em Março deste ano era a seguinte:**

- 1) 3 Juízes – 2 efectivos e 1 auxiliar;
- 2) 3 Magistrados do ministério público;
- 3) 20 Oficiais de justiça;
- 4) Pendentes cerca de 16 mil processos, implicando no mínimo 32 mil cidadãos em litígio dos municípios de Benavente e de Salvaterra de Magos (é mais de metade da sua população!!).

Sendo que uma percentagem muito elevada destes processos têm consequências pecuniárias, o atraso ou mesmo a sua prescrição, cria um sério problema no tecido económico dos concelhos envolvidos.

Por outro lado sabemos também que a maioria desses casos são pequenos casos de polícia, congestionando os serviços e retirando meios para investigar e julgar os casos com maior relevância social e económica.

Desta forma, conduz- nos à questão da desjudicialização da Justiça, prevista no artigo 209º da Constituição da República Portuguesa, com instâncias primárias, dotadas de meios humanos e materiais adequados, como os Julgados de Paz.

A Comissão de Utentes do Concelho de Benavente congratula-se com a decisão da Assembleia Municipal de dar a este problema a relevância que merece, disponibilizando-se desde já para colaborar nas acções que este órgão autárquico entenda promover. E agradece a oportunidade de poder nesta sede apresentar a sua posição sobre tão importante serviço público.

Obrigado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

MOÇÃO

- REFORMA DO SISTEMA JUDICIÁRIO -

Considerando que:

1. ACTUALMENTE:

1.1 a Comarca de Benavente encontra-se integrada no Círculo Judicial de Vila Franca de Xira;

1.2 o Tribunal da Comarca de Benavente comporta 2 juízos de competência especializada em matéria cível e criminal;

1.3 nas áreas das jurisdições de família e menores, bem como laboral, a competência é dos Tribunais de Família e Menores e de Trabalho, ambos sediados em Vila Franca de Xira;

1.4 a Comarca de Benavente dá resposta judicial a mais de 51.000 pessoas (Benavente 29.000 hab e Salvaterra de Magos 22.000 hab, de acordo com os Censos de 2011);

1.5 com base nas médias de 2008 a 2010, deram entrada no Tribunal Judicial de Benavente 2.784 processos, sendo o 2º maior em número de processos entrados, a seguir a Santarém;

1.6 o Município de Benavente é o sexto mais populoso e o de maior crescimento demográfico do distrito.

2. COM A REDEFINIÇÃO DO MAPA JUDICIÁRIO:

2.1 o Tribunal de Benavente ficará com as competências reduzidas, limitadas à matéria cível até 50.000,00 euros e à pequena instância criminal, passando a julgar as situações menos relevantes e menos complexas;

ANEXO ②
ACTA Nº 03/2014
DE 30.05.2014

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

2.2 Família e Menores - de Vila Franca de Xira para Santarém;

2.3 Trabalho – de Vila Franca de Xira para Santarém;

2.4 Comércio – de Benavente para Santarém;

2.5 Execuções - de Benavente para o Entroncamento;

2.6 Instrução Criminal – de Vila Franca de Xira para Santarém;

2.7 Tribunal da Relação - de Lisboa para Évora;

3. A REORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA PENALIZARÁ O MUNICÍPIO DE BENAVENTE, AS SUAS POPULAÇÕES E O SEU TECIDO EMPRESARIAL porquanto:

3.1 obrigará a uma nova centralidade, em Santarém, com a qual desde há longos anos não se identifica;

3.2 é uma evidência que é o próprio Governo que, nalgumas áreas da vida social, tal como a saúde, tem centralizado, e bem, o município na direcção da AML (a ex. Benavente saiu do agrupamento dos centros de saúde (ACES) da Lezíria do Tejo para o ACES do Estuário do Tejo e na rede de Referenciação Hospitalar, o Município de Benavente integra o Hospital de Vila Franca de Xira);

3.3 em termos de acessibilidades, a ligação a Santarém e a outras localidades mais a norte são extremamente difíceis e as distâncias aumentam consideravelmente (a ex. o acesso mais rápido ao Entroncamento será através da CP, via Vila Franca de Xira), o mesmo se verificando quanto à afectação à área de competência territorial do tribunal da Relação de Évora;

3.4 representará um acréscimo de custos para toda a população, uma vez que tudo isto representa um significativo aumento das distâncias em relação às novas centralidades geográfico-judiciárias, sem que exista uma rede de transportes públicos adequada às necessidades da população que terá, necessariamente que se deslocar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

4. ESTA REFORMA JUDICIÁRIA CONSTITUI UM VERDADEIRO RETROCESSO CIVILIZACIONAL, porquanto:

4.1 é insustentável e impróprio dum Estado de Direito Democrático que se transfira para os cidadãos o preço duma Justiça especializada (inexistindo quaisquer estudos que fundamentem os ganhos decorrentes da dita especialização), já que as deslocações e custos associados serão incomportáveis para aceder à Justiça e aos Tribunais;

4.2 o novo Mapa Judiciário acarretará a redução da qualidade e eficácia da Justiça, punindo e negando a Justiça aos mais desfavorecidos e comportando gravosas consequências no contexto económico e social;

a Assembleia Municipal de Benavente, reunida na sua Sessão Extraordinária, realizada a **30 de Maio de 2014**, deliberou:

- a) repudiar a referida política de reforma judiciária e exigir a revogação da legislação que a enforma;
- b) pugnar por uma discussão alargada, envolvendo todos os órgãos representativos dos Municípios e de todos os Agentes de Justiça que, obedecendo aos princípios de desconcentração e descentralização, promova a busca de soluções que contribuam para aproximar o Estado dos cidadãos, em especial ao nível da Justiça;
- c) convidar todos os órgãos autárquicos e a população do Município de Benavente para uma sessão a realizar, no próximo dia 06 de Junho, no cineteatro de Benavente, com o objectivo de discutir as implicações do novo Mapa Judiciário para os munícipes e as empresas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Depois de aprovada, esta moção deverá ser remetida:

- a Sua Excelência o Presidente da República;
- a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República;
- a Sua Excelência o Primeiro-Ministro;
- a Sua Excelência a Ministra da Justiça;
- a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- ao Conselho Superior da Magistratura;
- ao Conselho Superior do Ministério Público;
- ao Exmo. Sr. Provedor da Justiça;
- à Exma. Sra. Bastonária da Ordem dos Advogados;
- aos órgãos de Comunicação Social locais, regionais e nacionais.

Benavente, 30 de Maio de 2014

A Assembleia Municipal de Benavente

A presente Moção foi apresentada pelos autarcas eleitos da CDU, PS e PPD/PSD, tendo sido aprovada por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo catorze da CDU, cinco do PS e 4 do PPD/PSD. -----

INTERVENÇÃO

ANEXO ③

ACTA Nº 03/2014

DE 30.05.2014

As Reformas, ou alterações, em qualquer área, que o Estado presta aos cidadãos, devem conciliar dois objectivos. Garantir o **reforço da qualidade e proximidade dos serviços** que presta aqueles.

As alterações ou reformas, têm de ser feitas, porque é pressuposto que as mesmas aconteçam para melhorar os serviços que nos são prestados.

Foram feitas, com alguma coragem, diga-se, reformas e aprovados Planos na justiça, muito positivos e absolutamente necessários.

Em termos gerais podemos referir a tão falada **Especialização, o Plano Especial de Revitalização das Empresas**, tendo em vista a sua recuperação, a Resolução do Conselho de Ministros nº 46/2013, que aprovou a **Elaboração de um Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção e de um Plano Nacional de Reabilitação e Reinserção - Justiça Juvenil**, contemplando todas as vertentes da execução de penas e medidas e, de forma autónoma, as dirigidas à justiça juvenil. Visando aumentar as oportunidades de mudança do indivíduo (adulto e jovem) e de reinserção social, sendo que este último visa o envolvimento de diversos Serviços Públicos e Ministérios. A entrada em vigor do **Novo Código de**

Processo Civil, e da Lei do Processo de Inventário, com dois objectivos essenciais: um, o do descongestionamento dos tribunais, outro, a necessidade de dar uma maior celeridade ao processo de inventário. Quer concordemos quer não, com algumas destas alterações, estas eram reformas prementes.

Tem-se tentado combater a morosidade na justiça.

Mas hoje, é do Novo Mapa Judiciário que se fala.

Entendeu-se que esta Reforma do Mapa Judiciário iria permitir uma justiça mais célere, de maior qualidade, mais próxima do cidadão e amiga de investimento. Os tribunais teriam maior grau de especialização, o que se traduzia em melhor justiça.

Com a redefinição do mapa judiciário no que se refere à comarca de Benavente, tal não vai acontecer, conforme já vos foi transmitido aquando da leitura da moção subscrita pelas três forças políticas.

A nós, eleitos pela população deste município, interessa-nos, sobretudo, proteger os direitos daquela, e com esta reforma, no que se refere ao município de Benavente, entendemos que estes não

ficam salvaguardados no que se refere ao acesso à justiça, por todas as razões expostas na Moção apresentada pelos três partidos.

Os eleitos da Assembleia Municipal de Benavente, da bancada do PSD, votam a favor da moção e estão disponíveis para continuar a tentar arranjar soluções que, de alguma modo, ajudem a que não se perca o que se adquiriu aquando da criação da Comarca de Benavente **a proximidade da justiça ao cidadão. O que não vai acontecer, principalmente ao cidadão com carências económicas e requerente de apoio judiciário, se esta Reforma Judiciária entrar em vigor, violando-se deste modo o disposto no artigo 20º da C.R.P., que diz o seguinte:**

Artigo 20.º

(Acesso ao direito e tutela jurisdicional efectiva)

1. A todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.

A justiça será denegada com esta reforma judiciária, porquanto o preceituado neste artigo não vai ser respeitado!

Os Eleitos da bancada do PSD



Estamos aqui, hoje, para analisar as consequências para a população e o tecido económico do Município de Benavente do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de Março, que aprovou a reorganização do Sistema Judiciário e, apreciar e votar uma Moção que se encontra subscrita por eleitos de todas as forças políticas, representadas nesta Assembleia Municipal.

Em momento anterior, quando ainda se apreciava a proposta de reorganização do Sistema Judiciário, tivemos a oportunidade de aqui analisar o "Quadro de Referência para a Reforma da Organização Judiciária" que procurava fundamentar a proposta que viria, com pequenas alterações, a ser aprovada pelo Governo.

Aquele documento:

afirmava que a proposta de reorganização judiciária passava, *"por concentrar a oferta dos serviços onde a procura é maior, sem desguarnecer os pontos do território onde hoje os cidadãos encontram resposta e esta passaria a situar-se em pontos excessivamente distantes"*. (página 9,);

admitia que a reforma promovia *"uma maior concentração da função jurisdicional,"* referindo, no entanto, que *"não centraliza a função judicial"*. (página 8);

referia, ainda, que *"as Instâncias Centrais agrupam as Secções Cíveis, as Secções Criminais e as outras Secções de Competência Especializada (Secções de Comércio, Secções de Família e Menores, Secções do Trabalho, Secções de Instrução Criminal e Secções de Execução)"* (página 17);

Utilizando, ainda, dados apresentados na proposta de reorganização judiciária concluímos que, na área da Comarca de Benavente, é gerado um movimento médio anual de 2.784 processos, correspondendo a 13,1 % do total de processos do Distrito de Santarém, sendo apenas ultrapassado, em número de processos, pelo Município de Santarém.

Pela mesma fonte, a percentagem de processos gerados na Comarca de Benavente, quando falamos da média instância cível, eleva-se para 13,8 %, e para 16,1% e 17 % no que respeita à grande instância criminal e à média instância criminal, respectivamente.

Note-se que Benavente é o Município mais atractivo do Distrito de Santarém, com uma forte dinâmica demográfica e económica, que viu a sua população aumentar, entre os dois últimos censos, de 23.257 para 29.019 habitantes (24,8 %).

Handwritten signatures and initials on the right margin.

O Município de Salvaterra de Magos, também servido pela Comarca de Benavente, registava, no censo de 2011, uma população de 22.159 habitantes, correspondendo a um aumento de 9,91 %, relativamente ao censo anterior.

Deduzimos, que a Comarca de Benavente serve uma população superior a 51 mil habitantes, com a relevante particularidade de ambos os Municípios que por ela são servidos terem uma dinâmica demográfica fortemente positiva.

Entretanto, verificamos que o Decreto-Lei que o Governo pretende implementar transforma o Tribunal da Comarca de Benavente "numa secção de instância genérica, desdobrada em matéria cível e criminal" (artigo 96.º, ponto 2, alínea c), que apenas pode tramitar e julgar, "*em regra, as questões cíveis de valor inferior "a € 50 000,00" e tramitar e julgar "os processos da área criminal" que não sejam "da competência do tribunal colectivo ou de júri".* (página 10 do Quadro de Referência para a Reforma da Organização Judiciária).

Deste modo, de acordo com esta resolução do Governo, as acções cíveis que impliquem valores superiores a € 50.000 e criminais da competência do tribunal colectivo ou de júri, bem como as acções relativas às Secções de Competência Especializada de Trabalho, Comércio, Família e Menores passam a ser julgadas em Santarém. As Execuções no Entroncamento e todos os recursos no Tribunal de Relação de Évora.

Podemos, por isso, concluir que a proposta de mapa judiciário pretende a "*concentração da função jurisdicional*", abertamente reconhecida pela Ministra da Justiça, mas, ao invés do que afirma aquela governante, afasta os cidadãos do acesso à justiça, não tem em consideração a procura dos serviços judiciais e desguarnece "*os pontos do território onde hoje os cidadãos encontram resposta e esta passaria a situar-se em pontos excessivamente distantes*" (página 9 do Quadro de Referência para a Reforma da Organização Judiciária).

Quem vive na Barrosa, Benavente, Samora Correia ou Santo Estevão e tiver de tratar de assuntos relacionados com causas de Família e Menores ou Trabalho, a manter-se esta situação aberrante, deixa de se deslocar a Vila Franca de Xira, percorrendo entre 10 a 20 km, dependendo do local onde se encontre, para ir a Santarém, que dista 50 a 60 km, com a agravante da quase inexistência de transportes públicos que estabeleçam a ligação entre o Município e esta cidade.

A situação mais incompreensível prende-se com as Execuções, que de Benavente passariam para o Entroncamento, que, no que respeita a transportes públicos, obrigaria a ir a Vila Franca de Xira e fazer o transbordo para o comboio.

Onde está, então, a tão propalada proximidade?

W
4.
A
3

Com esta "reforma", que se junta aos recentes aumentos das custas e taxas judiciais concluímos que se pretende criar uma justiça de classe, à qual só alguns têm acesso – os mais ricos e poderosos - e afastar e dificultar o acesso à justiça, a que todos temos constitucionalmente direito. Como refere o ponto 1, do Artigo 20.º da Lei Fundamental, *"A todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos"*.

Medidas como esta só contribuem para gerar nos portugueses, um crescente sentimento de que a justiça só atua contra os mais fracos, e para aumentar a convicção de que os mais fortes e influentes conseguem sempre escapar sem serem condenados ou, quando o são, arranjam maneira de fugir ao cumprimento das penas.

Assim sendo, tendo em consideração o que acabámos de afirmar, urge comunicar aos responsáveis governamentais pela Justiça, que este Decreto-Lei não serve os cidadãos do Município de Benavente, pelo que, a Moção que iremos votar, revela-se muito importante e oportuna.

Pelos eleitos da CDU

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the letters "L", "C", and "H" and two distinct signatures.